

## DUAS TRIBOS E MUITOS CÍRCULOS

MARCELO DASCAL  
Tel Aviv University  
UNICAMP-Brasil

1. Aproveitando a relativa liberdade que me foi generosamente concedida pelos organizadores desta mesa-redonda, selecionei como tema para esta apresentação o espinhoso problema das relações entre linguagem e pensamento.<sup>1</sup> Não há motivo para inquietação, pois não pretendo acrescentar mais uma ‘solução original’ à lista das muitas que andam acumulando poeira nas estantes das bibliotecas. Pretendo apenas tentar apresentar, de forma esquemática, o que me parece ser o esqueleto lógico de pelo menos um dos aspectos centrais do problema. Isto permitirá, espero, discernir a estrutura lógica das várias soluções que têm sido propostas o que, por sua vez, nos deverá fornecer alguma indicação de como se devem avaliar os argumentos que as suportam.

2. A pertinência do tema que selecionei para o tópico “Linguagem e Filosofia” é evidente. Entretanto, a seguinte observação poderá ser útil para dissipar futuros malentendidos. É sabido que a ‘virada lingüística’, característica de grande parte de filosofia deste século,<sup>2</sup> fez com que a análise da linguagem se tornasse pertinente para todos os setores da filosofia. Problemas de ética, estética ou ontologia, que a tradição filosófica raramente discutia em termos

<sup>1</sup> Conhecido em jargão anglo-saxão pela expressão ‘language and mind’.

<sup>2</sup> Tenho em mente o chamado ‘linguistic turn’, característico da filosofia em países anglo-saxões. Mas não só a corrente analítica, em filosofia contemporânea, volta-se para a linguagem em busca de um tema e um método de reflexão. Parece-me correto caracterizar a maioria das escolas filosóficas modernas como demonstrando, de forma maior ou menor, um interesse privilegiado pela linguagem.

lingüísticos, passaram a ser encarados — com ou sem razão, isto não vem ao caso aqui — como problemas relativos ao ‘discurso moral’, à ‘linguagem da arte’, ou ao ‘domínio de uma variável’. Desta forma, o tópico “Linguagem e Filosofia” cobre hoje em dia, se não *de iure* pelo menos *de facto*, praticamente qualquer problema filosófico. A reflexão filosófica sobre a linguagem não nasceu porém com a ‘virada lingüística’, embora esta tenha, sem dúvida, modificado seu caráter e importância. Tão antiga quanto a própria filosofia, tal reflexão tendeu sempre a concentrar-se — especialmente a partir da ‘revolução cartesiana’ — em torno da análise do papel (positivo ou negativo) desempenhado pela linguagem no conhecimento: em sua aquisição, conservação, transmissão, desenvolvimento e, depois de Kant, na delimitação de suas condições de possibilidade. A questão das relações entre linguagem e pensamento (criador e *locus* do conhecimento), ao contrário, por exemplo, da questão da linguagem moral, não é portanto, uma recém-chegada ao campo definido pela sigla “Linguagem e Filosofia”. Não foi ‘inventada’ por filósofos analíticos como Wittgenstein, Austin ou Davidson, nem por lingüistas transformacionistas, como Chomsky, embora estes tenham contribuído para reformulá-la e iluminá-la sob novos aspectos. Já Leibniz afirmava que as línguas são o melhor espelho do espírito humano e Descartes inferia da existência de linguagem à existência da substância pensante. Trata-se, sem a menor sombra de dúvida, de um problema ‘clássico’ da filosofia e, porisso mesmo, de um problema filosófico *tout court*, já que, no fim das contas, como pode ser definida a filosofia senão através do conjunto de problemas abordados pelos filósofos geração após geração?

3. Tais afirmações a respeito da continuidade histórica de um problema filosófico merecem uma defesa especial, que não lhes poderei dar aqui.<sup>3</sup> Algumas peças úteis para mon-

<sup>3</sup> Outras indicações sobre alguns aspectos históricos desta questão podem encontrarse em Dascal (1976) e Dascal (1975b).

tar tal defesa surgirão no curso de minha argumentação. A principal é a possibilidade de aplicar um mesmo esquema básico a posições (relativas ao problema em questão) adotadas por filósofos de épocas distintas. Assim, por exemplo, veremos como, no quadro do esquema que utilizarei, um filósofo 'clássico' como Locke e um filósofo analítico contemporâneo como Searle adotam, em essência, o mesmo tipo de solução para o problema das relações linguagem-pensamento. Isto não é surpreendente, visto que o número de soluções possíveis é logicamente limitado pela estrutura do esquema. Mais do que os tipos de soluções adotados, o que varia de época para época são os argumentos utilizados para justificar ou refutar uma ou outra solução. O renascimento, relativamente recente, do interesse por nosso problema parece ter feito aparecer em cena novos tipos de argumentos.<sup>4</sup> É a eles que dirigirei a maior parte de minha atenção ao tratar de exemplos concretos, no que se segue.

4. Já é tempo de especificar. As questões que quero propor para discussão aqui dizem respeito às relações de 'prioridade' conceptual, de dependência ou independência lógica e/ou explicativa existentes entre os conceitos de linguagem e pensamento. Um deles pode ou não ser concebido independentemente do outro? Um deles pode (ou deve) ser explicado a partir do outro? Ou será toda tentativa de explicar um dos dois a partir do outro viciada irremediavelmente por alguma circularidade mais ou menos aparente?

5. Note-se que se trata de questões formuladas em termos epistêmicos (explicação, concepção) e que devem, portanto, ser respondidas essencialmente nos mesmos termos. Não se deve confundi-las, pelo menos de início, com a questão — sem dúvida relacionada com nosso problema, mas não idêntica a ele — da possibilidade de *redução* de pensamen-

<sup>4</sup> Exemplos desse interesse são os artigos de Sellars, Davidson, Harman, Searle, Alston, e os livros de Aune, Putnam, Harman, Rosenberg, Fodor, mencionados na bibliografia.

to a linguagem ou vice-versa. Uma tese reducionista é, tipicamente, uma tese *ontológica* da forma: “Xs *nada mais são do que* (conjuntos de, manifestações de, combinações de) Ys”. O propósito central de teses como essa é o de afirmar que entidades do tipo X na verdade *não existem*; que elas são, *na realidade* entidades do tipo Y. Um exemplo, em nosso caso, de uma tese desse tipo é a tese ‘periferalista’ defendida por Watson e outros behavioristas do começo do século. Segundo essa tese, episódicos mentais *nada mais são do que* movimentos musculares periféricos ‘implícitos’, principalmente dos órgãos do aparelho fonador; pensar *consiste em* falar subvocalmente; o pensamento é *meramente* o resultado da interação de um conjunto de hábitos lingüísticos implícitos.<sup>5</sup> Muitas vezes a única justificação oferecida para uma tese reducionista é uma tese epistêmica que, superficialmente, lhe ‘corresponda’. Em nosso exemplo, a tese epistêmica ‘correspondente’ ao periferalismo seria a tese de que aquilo que chamamos de episódios mentais *pode ser* (satisfatoriamente) *explicado* em termos de movimentos subvocalis dos órgãos fonadores. Mas a inferência de uma tese ontológica (*R*) partindo somente da tese epistêmica (*E*) ‘correspondente’ é, claramente, um *non sequitur*. Do fato de que se pode *explicar* o movimento parabólico de um projétil em termos da composição de dois movimentos, um horizontal e outro vertical, não se segue que o movimento parabólico *nada mais é que* o resultado da composição desses dois movimentos, talvez mais ‘básicos’.

Por outro lado, é ainda mais interessante observar que a inferência no sentido contrário, de *R* para *E*, tampouco é geralmente válida. Mesmo quando entidades do tipo *X* são comprovadamente nada mais do que entidades do tipo *Y*, uma explicação de certos fatos envolvendo *X* em termos de *Y* nem sempre é uma explicação ‘satisfatória’. Hilary Putnam enunciou um exemplo já clássico de um caso assim.

<sup>5</sup> Os hábitos ou movimentos são descritos como ‘implícitos’ não porque tenham algo de misterioso ou de ‘mental’, mas apenas porque somente são detetáveis por meio de instrumentos altamente sensíveis.

Suponhamos que temos um plugue cilíndrico e um orifício quadrangular de dimensões aproximadamente idênticas. O plugue não entra no orifício. Como explicar este fato? A explicação em termos da diferença de formas geométricas (dadas as dimensões) entre o plugue e o orifício é perfeitamente satisfatória, por quaisquer critérios, exceto talvez os de um reducionista extremo. Entretanto, é sabido que formas geométricas na verdade *não existem*. O que chamamos de ‘forma geométrica’ de uma região espaço-temporal *nada mais é que* uma configuração extremamente complexa de campos de força, distribuição de energia, ‘partículas’ de todo tipo, etc. Teoricamente tal configuração é passível de uma descrição exata. Entretanto, uma explicação do fato acima em termos dessa descrição exata, embora formulada talvez em termos do que *realmente* existe, seria totalmente insatisfatória, porque faria submergir os elementos relevantes da situação a ser explicada em uma massa enorme de dados micro-estruturais irrelevantes.<sup>6</sup>

Fica então claro que o problema das relações lógico/epistêmicas entre linguagem e pensamento coloca-se num nível distinto do problema ontológico da redutibilidade de um ao outro. É do primeiro e não do segundo que se trata aqui. Teses reducionistas só serão discutidas na medida em que se baseiam em, ou são apresentadas como base para teses epistêmicas a respeito das relações entre pensamento e linguagem.

6. Um *Gedankenexperiment* nos servirá de ponto de partida para a formulação da estrutura lógica do problema e de suas possíveis soluções. Antropólogos-de-escritório do fim do século XX, embarquemos em nossa logonave Camestres-1 para uma expedição através do espaço dos mundos possíveis. O objetivo de nossa expedição é descobrir comunidades de tipo *T* ou do tipo *M*, assim caracterizadas:

<sup>6</sup> Ver Putnam (1973). Em última análise, tais explicações violariam a exigência de “relevância explanatória”, formulada mesmo por defensores do modelo “clássico” de explicação, como Hempel.

- (1) Os membros de  $T$ , que chamaremos de ‘Tagarelas’, possuem linguagem mas não possuem pensamento.
- (2) Os membros de  $M$ , que chamaremos de ‘Mentecaptos’, possuem pensamento mas não possuem linguagem.
- (3) Em todos os aspectos de suas vidas não diretamente ligados à posse de pensamento ou de linguagem, Tagarelas e Mentecaptos não se distinguem entre si nem diferem de nós, membros da tribo dos Normais ( $N$ ), que possuímos tanto linguagem como pensamento.

Ignoremos, por enquanto, as muitas dificuldades que certamente levaram alguns de vocês a murmurar “missão impossível!”. Em particular, deixemos de lado por agora as imensas dificuldades provenientes da falta de uma definição unívoca e aceita para os termos ‘pensamento’ e ‘linguagem’. Nossa missão foi formulada nesses termos. Expedicionários fiéis que somos, temos que dar um jeito de cumpri-la a contento e de voltar à base com resultados absolutamente claros. A seguinte tabela apresenta os quatro resultados possíveis:

		Existem $Ts$ ?		
		Sim	Não	
	Sim	I	III	(I) Existem tanto $Ts$ quanto $Ms$ .
	Não	II	IV	(II) Existem $Ts$ mas não $Ms$ .
Existem $Ms$ ?				(III) Não existem $Ts$ mas existem $Ms$ .
				(IV) Não existem nem $Ts$ nem $Ms$ .

### 7. Como interpretar cada um desses resultados?

Questões de existência no espaço dos mundos possíveis são, em primeira instância, questões de possibilidade lógica. Estas, por sua vez, dizem respeito à consistência lógica dos predicados complexos através dos quais procuramos descrever as tribos em cuja busca partimos. Isto nos dá uma indi-

cação de como se relacionam os resultados da expedição com uma de nossas questões iniciais, a da dependência ou independência conceptual entre linguagem e pensamento. Um resultado positivo aponta para uma independência; um resultado negativo, para uma dependência.

Consideremos, por exemplo, a resposta “Sim” à pergunta “Existem  $T_s$ ?” Dizer que existe uma comunidade de Tagarelas em algum mundo possível é o mesmo que dizer (simplificando as condições subsidiárias referentes à cláusula (3)) que é possível conceber um conjunto de indivíduos ligados por laços que permitem caracterizá-los como sendo uma ‘comunidade’, a cada um dos quais, além disso, se aplica, corretamente, o predicado complexo ‘possui-linguagem-e-não-possui-pensamento’. O fato deste predicado ser exemplificado em um grupo de indivíduos (possíveis) significa, por outro lado, que não se trata de um predicado auto-contraditório como ‘quadrado redondo’ ou ‘o maior dos números naturais’. Isto, por sua vez, quer dizer que os componentes desse predicado complexo (a saber, ‘possui-linguagem’; ‘não-possui-pensamento’) são compatíveis entre si, isto é, que a posse de linguagem não exclui a não-posse de pensamento; em outras palavras, que a posse da linguagem não requer ou implica (logicamente) a posse de pensamento. Neste sentido preciso, o conceito de linguagem se revela, à luz da existência de Tagarelas, como sendo logicamente ‘independente’ do conceito de pensamento: o primeiro pode, ainda que talvez no mundo real não o seja, ser exemplificado sem que necessariamente o segundo também o seja, nos mesmos indivíduos.

A resposta “Não” à pergunta “Existem  $T_s$ ?” significaria, por sua vez, que a posse de linguagem não pode ser exemplificada sem que a posse de pensamento também o seja, nos mesmos indivíduos. Neste caso, a exemplificação do primeiro conceito requer ou implica logicamente a do segundo. Neste sentido, o conceito de linguagem se revelaria, à luz da inexistência de Tagarelas, como sendo ‘dependente’ logicamente do conceito de pensamento.

8. As várias combinações de respostas positivas e negativas expressas por I, II, III e IV podem agora ser interpretadas seguindo as diretrizes acima.

O resultado II indicaria que a linguagem é independente do pensamento, enquanto que este é dependente daquela. Neste caso, parece justificado afirmar que a linguagem possui uma certa 'prioridade' conceptual ou lógica sobre o pensamento. Por si só este resultado não permite ainda determinar se é possível explicar o pensamento a partir da linguagem (para tanto, como veremos, será necessária uma nova expedição imaginária). Mas ele permite afirmar que a linha oposta de explicação, da linguagem a partir do pensamento, será necessariamente viciada por alguma circularidade. Isto já é um avanço considerável na direção de uma resposta às demais questões inicialmente formuladas. Pois nosso resultado restringe pelo menos o domínio das soluções aceitáveis para a questão da 'prioridade explicativa' ou 'direção de explicação', excluindo algumas das candidatas.

Tudo que foi dito a respeito do resultado II tem uma contra-partida exata no caso do resultado III, bastando para isso substituir 'linguagem' por 'pensamento' e vice-versa.

Nos casos I e IV nenhum dos dois conceitos tem prioridade lógica sobre o outro. Esses casos diferem, porém, de forma significativa. Enquanto que no caso I há uma independência mútua, no caso IV há uma dependência mútua ou inter-dependência entre os dois conceitos. No caso I as duas direções de explicação permanecem possíveis; no caso IV, ambas são inevitavelmente circulares. No caso I, na medida em que há uma relação entre linguagem e pensamento, trata-se de uma correlação de natureza empírica, a ser descoberta e justificada por métodos empíricos. No caso IV, linguagem e pensamento estariam umbilicalmente ligados por laços conceptuais, constituindo talvez um exemplo do domínio do sintético *a priori*; de qualquer forma, seriam um par de conceitos 'polares', inseparáveis, remetendo necessariamente um ao outro; somente uma teoria que levasse em conta estes fatos e desistisse da idéia de atribuir priorida-

de explicativa a um ou a outro, assim como da idéia de determinar as relações entre ambos de forma exclusivamente empírica, poderia ser satisfatória, neste caso.

9. Um exame dos relatórios dos muitos exploradores que empreenderam antes de nós expedições semelhantes, revela que, para nossa extrema confusão, todos os quatro tipos de resultados possíveis aí se encontram registrados.

O resultado III foi extremamente popular no século XVII. Um de seus mais influentes defensores foi John Locke. Sua doutrina semântica reza que a significação de uma expressão lingüística é a *idéia* que se encontra na mente de quem a usa. Aquele que pronuncia palavras não acompanhadas, em sua mente, pelas idéias correspondentes, não está na verdade *usando* a linguagem — segundo Locke — mas sim está comportando-se como um papagaio. Aquele que *sempre* se serve de expressões lingüísticas dessa forma (talvez por não possuir idéias), é um papagaio, ou seja, é um ser que não possui na realidade linguagem. A definição de significado em termos de idéias (que são “a matéria prima de todo pensamento”, *Essay*, 4.2.1), elimina portanto a possibilidade de existência de uma comunidade de Tagarelas. Por outro lado, Locke certamente pressupõe a possibilidade de existência de comunidades do tipo M. A linguagem, segundo ele, não existe como instrumento do pensar, mas sim como meio de transmissão de pensamentos já existentes independentemente dela. A linguagem é criada para garantir, através da circulação de pensamentos entre os indivíduos, o “conforto e vantagens provenientes da vida em sociedade” (ibid.). Sendo a linguagem totalmente externa aos pensamentos, seu mero veículo, nada impede de conceber aqueles como subsistindo, em alguma comunidade imaginária, sem ela. Talvez por causa disso tal comunidade deixasse de gozar dos benefícios da vida social. Mas desfrutaria de outros benefícios, pois o pensamento não atrapalhado pela linguagem, poderia funcionar livremente no processo de criação de conhecimento. Para Locke, como para Bacon, a lingua-

gem, quando influi sobre o pensamento, só o faz de forma negativa.<sup>7</sup>

Escrúpulos empiristas não permitiram a Locke desenvolver especulações a respeito das características de uma comunidade pensante desprovida de linguagem. Seu contemporâneo, o cartesiano Gérauld de Cordemoy, livre de tais escrúpulos, nos deixou abundantes detalhes sobre uma comunidade desse tipo: a comunidade dos “Puros Espíritos”. Cordemoy distingue três tipos de propriedades: as devidas exclusivamente à alma ou espírito, as devidas somente ao corpo e as devidas à união entre a alma e o corpo. Entre as primeiras, inclui tudo que é designado pelo termo ‘pensamento’: percepção, atenção, memória, inteligência, imaginação, juízos, dúvidas, erros, vontade, amor, ódio, desejos, etc. A linguagem, por sua vez, pertence ao terceiro grupo de propriedades. Os puros espíritos, almas sem corpos, são capazes de desenvolver a gama completa de atividades pensantes; como não têm corpo, tampouco têm linguagem, da qual, aliás, não necessitam, pois são capazes de comunicar-se ‘telepaticamente’.<sup>8</sup> Temos aí um exemplo perfeito de uma comunidade de Mentecaptos.

Convém lembrar que, em se tratando do século XVII e especialmente de círculos cartesianos, a ‘prioridade epistêmica’ do pensamento tem o caráter de um postulado fundamental. Com efeito, uma das primeiras conseqüências que Descartes deriva do *cogito* é a tese de que, uma vez que somos antes que tudo substâncias pensantes, o objeto mais

<sup>7</sup> Ver a este respeito Dascal (1976).

<sup>8</sup> “Il n'est besoin entre deux Esprits, pour se communiquer leurs pensées, que de le vouloir: et comme on reconnoist que la pensée d'un homme se conçoit aysément par un autre homme, dès que le premier a parlé, c'est à dire, dès que par des mouvements qui servent à battre l'air, il a remué l'oreille de celui auquel il veut que la pensée soit connue; il est aysé aussi de reconnoistre, que si deux Esprits qui ne dépendent point du corps dans leurs operations, se veulent découvrir leurs pensées, ils n'ont qu'à le vouloir; il y a, ce me semble, bien moins de peine à concevoir l'un que l'autre... car dans la parole il y a deux choses, sçavoir la volonté de communiquer ses pensées, et les mouvemens par lesquels on les communique... au lieu que dans la manifestation que deux Esprits se font de leurs pensées, il n'est besoin que de la volonté de les communiquer...” (Cordemoy, 1677, pp. 175-7).

imediatamente acessível a nosso conhecimento é nossa própria vida mental. O conhecimento que dela temos, portanto, serve não só de ponto de partida ou *fundamentus* para a explicação de tudo mais,<sup>9</sup> como também de paradigma de clareza e distinção, a ser imitado por todas as outras formas de conhecimento. É este o contexto que permite a Cordey afirmar que é muito mais fácil conceber a comunicação em uma comunidade de puros espíritos do que em uma comunidade humana.<sup>10</sup> Da mesma forma, Pierre Besnier, em seu pequeno tratado sobre a “reunião das línguas” considera natural expor, como base para suas conclusões lingüísticas, “a seqüência completa e as dependências naturais de nossas idéias, assim como a maneira de sua formação” (1675, p. 51).<sup>11</sup>

No século XX, solo em que se desenvolveram o behaviorismo e a filosofia lingüística, certamente a prioridade do mental não pode mais ser tomada como evidente. Nem por isso, porém, deixamos de encontrar neste século defensores de posições essencialmente idênticas ao resultado III, e justamente onde menos esperaríamos encontrá-los. Exemplos: Paul Grice, William Alston, John Searle. Todos eles sem dúvida rejeitam a teoria clássica das idéias e a semântica que lhe é associada. Mas suas próprias teorias semânticas recorrem, em última análise, a entidades não menos ‘mentais’ do que as próprias idéias. Tais são as ‘intenções comunicativas’ em termos das quais Grice (1957, 1968) define o significado de enunciados; tais são também os ‘potenciais ilocucionários’ de Alston (1964, 1969) assim como as ‘representações’ a que vem recorrendo ultimamente Searle (1976). A utilização desses conceitos na teoria semântica

<sup>9</sup> Sobre a posição da metafísica e do *cogito* cartesiano no sistema das ciências tal qual o concebe Descartes, ver Dascal (1971).

<sup>10</sup> Cf. nota 8.

<sup>11</sup> A este respeito, Besnier segue, evidentemente, na trilha da *Logique* e da *Grammaire* de Port-Royal. Note-se que, para ele, a facilidade do conhecimento da linguagem vem não só depois da do conhecimento da mente, mas também do das próprias ‘coisas’: “...fazendo o mundo perceber... que a mente pode refletir sobre as palavras tão facilmente quanto sobre as coisas que elas representam” (p. 4).

faz a linguagem depender conceitualmente do pensamento, ou seja, equivale à negação da possibilidade de existência de uma comunidade Tagarela. Por outro lado, a fim de escapar à acusação de circularidade, estes filósofos estão dispostos a admitir e mesmo defender a possibilidade de existência (e até a existência real) de comunidades Mente-captas. Assim, Searle, por exemplo, não hesita em afirmar que “seres desprovidos de linguagem e de qualquer outro sistema representacional semelhante à linguagem são perfeitamente capazes de ter crenças, intenções, desejos e expectativas” (1976, p. 15). Ao que acrescenta, à guisa de justificação: “Só alguém atacado pelo vírus da filosofia negaria que cachorros e crianças podem, por exemplo, desejar ossos e leite, respectivamente” (ibid.).<sup>12</sup> Mas é claro que, sem poder contar com a tácita aceitação de um *background* cartesiano, Searle terá que apresentar argumentos mais convincentes em defesa de sua tese.

10. Também os outros três resultados possíveis contam com defensores reais.

O resultado II, inicialmente talvez associado com um behaviorismo radical, vem sendo defendido nos últimos anos por filósofos anti-behavioristas, o que torna seus argumentos em favor de II especialmente interessantes. Um exemplo digno de nota é o de Wilfrid Sellars. Como parte de uma estratégia global, ele nos propõe uma descrição de uma comunidade do tipo T que ele, significativamente, denomina ‘Ryleana’. Os conceitos iniciais de racionalidade ou, em geral, de ‘vida mental’ dessa comunidade coincidem com conceitos relativos ao comportamento lingüístico observável (overt) (Sellars, 1967, p. 108 e segs.). Para os membros dessa comunidade, pensar é sempre ‘pensar-em-voz-alta’

<sup>12</sup> Searle poderia referir-se aqui ao famoso cachorro filosófico de Norman Malcolm, que, perseguindo um esquilo que se refugiou numa árvore, parou e pos-se a latir ao pé da árvore errada. Certamente não se pode deixar de atribuir a tal cachorro a crença de que o esquilo estava na árvore (errada).

(para ler em um só fôlego), e, nesse sentido, não é 'pensar' tal qual o concebemos nós, membros de uma comunidade Normal, isto é, como uma sucessão de episódios internos (covert). Tal diferença é expressa pela hifenação dos 'componentes' de 'pensar-em-voz-alta', que indica que não se trata realmente de componentes, pois o conceito em questão não é composto ou derivado a partir de 'pensar' e 'em-voz-alta'; trata-se de um conceito simples, não derivado, para os Ryleanos, e portanto radicalmente distinto de nosso (dos Normais) conceito de pensar. Ao invés de estar ligado ao nosso conceito de 'pensar', esse 'pensar-em-voz-alta' dos Ryleanos é apenas uma forma do (nosso e deles) 'falar'. Mas trata-se de um falar não com fins comunicativos, não dirigido a uma audiência e, portanto, um falar que não requer a postulação de 'intenções', 'idéias', ou qualquer outra entidade mental desse tipo para sua explicação. É um comportamento lingüístico do qual não se pode dizer que 'expressa' ou 'manifesta' pensamentos ou idéias. Isto porque, na comunidade Ryleana, esse falar básico é pensar-em-voz-alta; seus enunciados são todos 'cândidos e espontâneos' (Sellars, 1974a, p. 104), isto é, imediatamente ligados ao 'pensar-em-voz-alta' que não 'exprimem', mas sim com o qual coincidem. Deixando de lado por enquanto as dificuldades em caracterizar um falar desse tipo, está claro que a comunidade Ryleana descrita por Sellars exemplifica uma comunidade hipotética de tipo T. Quanto ao outro componente do resultado II, a inexistência de comunidades do tipo M, Sellars não procura demonstrá-la explicitamente. Porém seu esforço para demonstrar a possibilidade de se conceber uma comunidade Tagarela, cujo fim último é permitir uma explicação do pensamento em termos de comportamento lingüístico, parece pressupor a impossibilidade de se conceber de forma satisfatória o que seja pensamento sem linguagem. Pois, se isto fosse possível, ou seja, se o conceito de pensamento fosse dado ou então construível de forma independente, porque preocupar-se em elaborar pensosamente uma

alternativa *prima facie* pouco viável como a proposta por Sellars?<sup>13</sup>

11. A falta de argumentos explícitos em defesa da inexistência de Mentecaptos nos trabalhos de Sellars que mencionamos é compensada não só por aqueles que compartilham com ele a posição II (Aune, Rosenberg e, parcialmente, Harman), mas também por certos opositores que defendem a posição IV — um de cujos componentes é precisamente a negação da existência de Mentecaptos. Donald Davidson é um excelente exemplo dessa posição. Tomando por evidente a dependência da linguagem em relação ao pensamento,<sup>14</sup> Davidson (1975) concentra seus esforços na demonstração da dependência no sentido oposto. Sua tese central é que ‘uma criatura não pode ter pensamentos a não ser que seja (também) um intérprete do discurso de outro’ (p. 9). Convém desde já indicar a linha de argumentação seguida por Davidson na justificação dessa tese. Primeiramente ele procura mostrar que em todos os tipos de ‘pensamento’ — desejar, supor, acreditar, decidir, conhecer, ter medo, ter interesse, etc. — a noção de crença (*belief*) de-

<sup>13</sup> Sellars, evidentemente, está perfeitamente consciente disso: “... since it is obvious that the idea that there are conceptual episodes or mental acts ... did not arise as a formally proposed and deliberated hypothesis, and equally obvious that it is not the sort of thing we would normally put in a box labeled ‘highly confirmed theories’, the suggestion we have been nibbling at has a very odd ring to it” (1967, p. 107).

Convém mencionar, talvez, que há muitos outros defensores do resultado II, não exatamente provenientes dos centros de filosofia analítica. Um deles é Stalin: “Não há pensamentos nus, liberados dos materiais da linguagem ... A realidade do pensamento se manifesta na língua. Não há pensamento sem linguagem” (citado em Chauchard, 1957, pp. 10-11).

<sup>14</sup> Convém mencionar algumas das formas que toma, para Davidson, tal ‘evidência’: “Falar é expressar pensamentos”, afirma ele; “Quem enuncia a sentença ‘A vela está apagada’ na qualidade de sentença do português tem que ter a intenção de enunciar palavras que são verdadeiras se e somente se uma vela indicada está apagado no momento do enunciado, e ele tem que acreditar que ao produzir os sons que produz está enunciando palavras que são verdadeiras somente nas circunstâncias descritas”; finalmente, a ausência de tais crenças e intenções (compare-se com a ausência de idéias na mente de um locutor Lockeano ou com a noção de significar de Hobbes - (cf. Dascal (1975b)) é declarada “suficiente para mostrar que o indivíduo em questão não estava falando português”.

semprenha um papel fundamental.<sup>15</sup> A seguir vem o passo mais delicado que consiste em demonstrar como a noção de crença, por sua vez, depende essencialmente da noção de interpretação de enunciados lingüísticos. Examinaremos mais adiante, se o tempo permitir, os detalhes deste segundo passo, no qual Davidson faz uso de conceitos da teoria da ação e da semântica de tipo Tarskiano cuja aplicação às línguas naturais vem preconizando há anos. O que importa salientar aqui é que, apesar de concentrar seus esforços na demonstração da impossibilidade de existência de uma comunidade Mentecapta, ou seja, da dependência do pensamento sobre a linguagem, Davidson se recusa a aceitar a tese da prioridade desta sobre aquele. Para ele “nem a linguagem nem o pensamento podem ser completamente explicados em termos do outro, e nenhum dos dois tem prioridade conceptual. Os dois estão certamente ligados, no sentido de que cada um deles requer o outro para ser compreendido; mas a conexão não é tão completa a ponto de que qualquer dos dois seja suficiente, mesmo quando razoavelmente reforçado, para explicar o outro” (p. 8). Há portanto uma inter-dependência entre os dois conceitos, mas uma interdependência de natureza conceptual — característica da posição IV — e não empírica ou contingente, como a que preconizam os defensores da posição I.

12. Para completar nossa ilustração dos quatro casos possíveis, passemos, com efeito, a considerar um exemplo da posição I. Lev Semenovitch Vygotsky oferece respostas positivas para nossas duas perguntas, ilustrando assim a posição I, sem ter que percorrer outros mundos possíveis. O

<sup>15</sup> Se João nota, lembra ou sabe que o copo está cheio, ele tem que acreditar que o copo está cheio. Mesmo se ele simplesmente supõe que o copo está cheio ou se pergunta se o copo está cheio, ele tem que acreditar que o copo é um recipiente com determinadas propriedades, que certas substâncias podem enchê-lo, etc. De um modo geral, todo um *background* de crenças inter-relacionadas é necessário para que qualquer dos processos ou estados de ‘pensamento’ possa ocorrer.

Note-se que a lista de estados ou processos mentais oferecida por Davidson é muito semelhante à de Cordemoy, que mencionamos acima.

mundo real — tal qual era conhecido no início da década dos 30 — lhe oferece a evidência necessária para tal fim. Examinando, entre outras coisas,<sup>16</sup> os resultados das famosas observações de Köhler, Verkes e outros sobre os grandes símios, crê encontrar provas suficientes de que eles exibem tanto uma fase pré-lingüística no desenvolvimento do pensamento como uma fase pré-intelectual no desenvolvimento da linguagem. A primeira exemplifica, portanto, quando isolada, uma comunidade do tipo *M*, a segunda, uma comunidade do tipo *T*. Evidência para a primeira é o uso de instrumentos primitivos pelos chimpanzés, que mostram possuir, assim, um intelecto semelhante ao humano *neste aspecto*, sem que essa atividade ‘intelectual’ seja acompanhada de, ou exija, qualquer comportamento lingüístico ou semiótico. Evidência para a segunda é a existência de um comportamento ‘lingüístico’ primitivo em alguns grandes símios, semelhante ao humano por ser vocal, por ter uma função de expressão ou liberação emotiva, e por manifestar primórdios de uma função social; ou seja, semelhante em aspectos que nada têm a ver com a atividade ‘intelectual’ acima descrita. Com base em análises desses e de outros dados disponíveis, Vygotsky não se limita a concluir que pensamento e linguagem são conceptualmente independentes, mas vai mais além, afirmando também sua independência genética (filo- e onto-): “Pensamento e linguagem têm raízes genéticas distintas; as duas funções se desenvolvem segundo linhas diferentes e independentemente uma da outra; não há uma correlação constante e bem definida entre elas” (Vygotsky, 1962, p. 41).

13. Já não podemos mais adiar o tratamento das perguntas que vimos postergando desde o início: a) qual o significado dos termos ‘pensamento’ e ‘linguagem’ usados por nós?; b)

<sup>16</sup> Vygotsky examina também dados provenientes do estudo do desenvolvimento da linguagem e do pensamento em crianças (alguns dos dados provêm de Piaget), e conclui que eles também justificam uma resposta positiva para as duas perguntas.

por meio de que critérios pode-se decidir a favor ou contra algum dos quatro resultados da expedição, se é que tal decisão é possível?

As duas perguntas estão intimamente ligadas. Se soubéssemos exatamente qual o significado de cada um dos termos, isto é, se pudéssemos enumerar uma série de condições necessárias e suficientes para cada um deles, teríamos um *método de decisão* para toda e qualquer questão relativa à sua dependência lógico/conceptual. E vice-versa, se dispuséssemos de um método rigoroso que nos permitisse decidir a favor de um dos resultados, seríamos capazes de estabelecer precisamente quais os significados dos termos em questão. Isto porque a exploração de mundos possíveis em busca de comunidades que exemplifiquem os predicados ‘possui pensamento’ e ‘possui linguagem’, ou predicados compostos como ‘possui pensamento e não possui linguagem’, nada mais é que uma tentativa de determinar os significados dos predicados em questão. Dito de forma um pouco mais precisa, trata-se de uma maneira de determinar a *intensão* (com ‘s’) desses predicados. Pois, como se sabe, o exame apenas da *extensão* de um predicado, isto é, de seus exemplos no mundo real, não é suficiente para determinar seu ‘significado’. Os predicados ‘animal racional’ e ‘bípede sem penas’ possuem a mesma extensão em nosso mundo, mas certamente diferem em sentido.

14. Acontece, porém, que não podemos supor que possuímos, de início, uma definição precisa ou um método de decisão do tipo que acabo de mencionar. Coloquemo-nos na posição dos expedicionários que receberam a missão de partir em busca das duas tribos. Suas instruções foram formuladas em português comum e corrente, que funciona aqui como a meta-linguagem de nossa investigação. Ao interpretar tais instruções, que continham, entre outras coisas, os termos ‘pensamento’ e ‘linguagem’, os expedicionários serviram-se de sua competência semântica de falantes do português. Mas é um erro supor que esa competência inclui

uma 'entrada de dicionário' contendo uma enumeração completa dos 'marcadores semânticos' (ou algo semelhante) próprios de cada um desses termos. Caso existisse tal enumeração, cada um dos marcadores semânticos descreveria uma propriedade que todo exemplo de, digamos, pensamento, deveria necessariamente possuir; e algo que possuísse o conjunto dessas propriedades seria classificável como pensamento. Mas os significados de termos como 'pensamento' e 'linguagem', assim como de muitas outras expressões pertencentes a uma língua natural qualquer, são delineados, na competência semântica dos que os usam normalmente, de forma muito menos precisa. Em vez de uma lista de características, cada uma das quais é uma condição necessária para a aplicação correta de um termo ( $T$ ) desse tipo, o que um falante normal possui é, provavelmente, o conhecimento de que, dentre uma lista de características,  $P_1 \dots P_n$ , todas 'relevantes' para que decida se é correto ou não aplicar  $T$  a um caso qualquer, algumas são mais e outras são menos centrais ou importantes; mas nenhuma por si só é, *strictu sensu*, necessária.<sup>17</sup> Tal conhecimento lhe permite decidir se o termo deve ou não ser aplicado, sem maiores dificuldades, nos casos 'claros': uma cadeira certamente não é um ser pensante, enquanto que um adulto certamente o é. Um caso é 'claro' quando *uma grande parte* das características  $P_1 \dots P_n$  está presente (adulto) ou ausente (cadeira). Um caso de fronteira, por outro lado, em que a decisão é muito mais problemática, é um caso em que algumas características (centrais) estão presentes e outras (igualmente centrais) estão ausentes.

Consideremos, por exemplo, uma lista parcial de características semânticamente relevantes para o conceito de 'pensamento', todas não excessivamente marginais:

<sup>17</sup> A noção de relevância semântica aqui utilizada foi elaborada e exposta por Peter Achinstein (1968, pp. 6-36). Embora seu tratamento deva ser desenvolvido e revisto em vários aspectos, é certamente um passo na direção correta. No que diz respeito aos problemas aqui discutidos de forma bastante informal, suas indicações são suficientes.

- $P_1$  = é capaz de planificação, isto é, de organizar seu comportamento (seqüencialmente, por exemplo), para atingir un certo objetivo;
- $P_2$  = é capaz de ter desejos, temores e satisfações;
- $P_3$  = é capaz de ter intenções;
- $P_4$  = é capaz de ter crenças (beliefs);
- $P_5$  = possui criatividade, isto é, é capaz de descobrir novas relações, de inventar métodos ou aparelhos, de produzir novas formas artísticas, etc.;
- $P_6$  = possui memória;
- $P_7$  = possui imaginação;
- $P_8$  = é capaz de fazer referência a eventos e objetos não presentes;
- $P_9$  = possui um cérebro com um volume superior a  $v_0 \text{ cm}^3$ ;
- $P_{10}$  = é capaz de servir-se de instrumentos simples;
- $P_{11}$  = manifesta comportamento não diretamente controlado pelos estímulos (internos e externos) imediatos;
- $P_{12}$  = é capaz de obedecer a instruções para a execução de certas tarefas;
- $P_{13}$  = é consciente de sua própria 'vida mental':

Um ser que possui todas essas características certamente é um ser pensante; um ser que não possui nenhuma delas, ou apenas umas poucas como  $P_2$  e  $P_{10}$ , dificilmente será classificado como um ser pensante. Mas como classificar um ser que possui, digamos,  $P_2, P_3, P_6, P_9, P_{10}$  e  $P_{12}$  mas não as demais?

Os exemplos do mundo real aos quais freqüentemente se faz menção na análise das relações pensamento-linguagem — chimpanzés, meninos-lobo, cachorros filosóficos, papagaios, crianças no período pré-verbal, etc. — são tipicamente casos-fronteira pelo menos em relação a um dos dois conceitos (pensamento e linguagem). Apontar para tais exemplos, portanto, nada resolve. Pois apenas nos informa a respeito da forma pela qual determinado indivíduo resolveu classificá-los, isto é, como traçou, neste caso específico, as fronteiras dos conceitos em questão. Mas para cada resolu-

ção dada quase sempre surge uma resolução oposta. Fulano vê nas vocalizações dos orangotangos um 'comportamento lingüístico' porque são fônicas, expressam emoções e têm um fim comunicativo. Mas beltrano afirma que não são absolutamente um exemplo de 'linguagem' porque não possuem a função representativa. Colocada nestes termos, a questão "Os orangotangos têm linguagem?" parece ser uma daquelas questões que depreciativamente se costuma chamar de "mera questão de semântica"; a resposta standard para tais questões é: "Tudo depende de como você define 'linguagem'". A oposição entre duas soluções diferentes para o problema é interpretada, então, como não tendo nada de substancial, como sendo meramente uma "disputa verbal". E se esta é a situação para um dos conceitos em jogo, *a fortiori* deve sê-lo quando se trata das inter-relações entre dois conceitos igualmente problemáticos. Mas será que a questão das relações entre pensamento e linguagem realmente nada mais é que uma "questão de semântica", no sentido pejorativo?

15. Não há dúvida de que qualquer decisão em um dos casos-fronteira acima referidos comporta uma medida de arbitrariedade, pois requer a delineação precisa de limites em um terreno que não apresenta fronteiras naturais. Nossos expedicionários, dos quais exigimos resultados inequívocos, certamente tiveram que delinear tais limites, isto é, tiveram que *estipular*. Mas não o fizeram de forma inteiramente arbitrária. Seus relatórios contêm com efeito, além dos resultados pelos quais optaram, *argumentos* cuidadosamente elaborados (infelizmente não em todos os casos) em defesa de suas respectivas opções. É atais argumentos que cabe a missão de reduzir tanto quanto possível a arbitrariedade das estipulações necessárias para aumentar a precisão dos conceitos envolvidos. Procuremos ver de que forma o fazem.

Relembremos a primeira etapa do argumento de Davidson (cf. nota 15). Consistia em mostrar que da capacidade de ter crenças dependia a possibilidade de manifestar tam-

bém outras formas de ‘pensamento’ (desejos, temores, etc.). Ou seja, tratava-se de mostrar que uma das características da lista acima apresentada, a saber,  $P_4$ , é mais fundamental, mais central, que outra,  $P_2$ , e que, em vista disso, deve-se atribuir-lhe um peso maior em decisões a respeito da aplicação do conceito de ‘pensamento’. Um argumento desse tipo estabelece, se correto, uma hierarquia lógica entre as características semanticamente relevantes para o conceito em questão.<sup>18</sup> Uma lista logicamente estruturada de características indica sem dúvida uma compreensão mais precisa de um conceito do que uma simples enumeração. Há portanto um progresso na direção da *precisificação* do conceito ao passar de uma para a outra. No curso da argumentação, além disso, não só o conceito que se está examinando (‘pensamento’, no caso), mas também cada um dos conceitos intermediários ou componentes passa por um processo de precisificação. Assim, poder-se-ia objetar à tese de que a manifestação de desejos por  $S$  requer que  $S$  tenha certas crenças, dizendo que um cachorro pode desejar tomar água sem que porisso tenhamos que atribuir-lhe a posse de uma crença qualquer. A isso Davidson poderia retrucar fazendo uma distinção: por um lado, existe um tipo de desejo ‘generalizado’ do qual são efetivamente capazes os cachorros e que poderiam ser mais propriamente descritos como ‘necessidades’ (“o cachorro *tem* sede” em vez de “o cachorro deseja tomar água”); por outro lado, há os ‘desejos propriamente ditos’, que podem ser tão específicos quanto se quiser (“o desejo de geléia inglesa feita com framboesas da safra de 1971”), tipo este de desejos do qual os cachorros parecem não ser capazes. Somente este último tipo, prosseguiria o argumento, requer a existência de crenças. E, embora tal-

<sup>18</sup> Algo semelhante ocorreu em físico-química, por exemplo, quando certas teorias permitiram atribuir a uma certa propriedades do cobre, seu número atômico, uma posição central (quase que necessária e suficiente), relativamente a outras propriedades semanticamente relevantes para a descrição de uma substância como sendo um exemplo de cobre, e que até então tinham ocupado posições relativamente centrais: a condutividade, peso específico, e até mesmo a cor e o sabor característico. Cf. Achinstein, 1968, pp. 20-1.

vez os dois tipos sejam semanticamente relevantes para o conceito de pensamento e devam portanto figurar em sua lista de características, certamente o segundo é mais central que o primeiro (para o conceito de pensamento). De modo que a não necessidade de posse de crenças para a manifestação do primeiro tipo de desejos — que é o que foi apresentado como objecção — não invalida o argumento em favor da centralidade do conceito de crença na hierarquia inicialmente proposta.<sup>19</sup>

Se considerarmos a segunda etapa do argumento de Davidson, veremos que também aqui se trata de estruturar logicamente um conjunto de conceitos e não apenas de estipular a significação de um conceito isolado. O laço essencial entre interpretação e crença reside, segundo Davidson, na atitude epistêmica de 'ter uma sentença por verdadeira' (holding true) ou 'aceitar uma sentença'. Podemos saber que um indivíduo tem uma sentença por verdadeira sem que saiba o que ela significa (e sem que nós saibamos o que ela significa para ele) e qual a crença que tal sentença expressa para ele.<sup>20</sup> Mas se sabemos que ele tem uma sentença por verdadeira e sabemos como interpretá-la (para ele), então podemos atribuir-lhe corretamente uma crença determinada. E inversamente, se sabemos qual a crença expressa por uma sentença tida por verdadeira, saberemos como interpretá-la nas circunstâncias dadas. O fato importante é que o dado 'S aceita p (como verdadeira)' se relaciona simultaneamente com dois tipos de fenômenos 'subjacentes': o que p significa (isto é, como deve ser interpretada nas circunstâncias da-

<sup>19</sup> Distinções semelhantes poderiam ser feitas para as demais 'atitudes epistêmicas'. Graças à posse de linguagem, nós somos capazes de *ter* atitudes epistêmicas dotadas de nuances extremamente sutis: podemos acreditar que a Estrela d'Alva não é a Estrela da Manhã sem por em dúvida que a Estrela d'Alva é a Estrela d'Alva; podemos querer retirar o isqueiro que temos no bolso sem querer retirar o único aparelho fabricado no Japão que temos no bolso. É difícil porém imaginar, por exemplo, que um cachorro que 'sabe' que seu dono está em casa saiba também que João de Souza (que é seu dono) está em casa, ou que o reitor da universidade (que é seu dono) está em casa.

<sup>20</sup> Esta noção é elucidada e utilizada em Dascal (1975a, seção III).

das) e qual a crença que expressa (quando enunciada nas mesmas circunstâncias). A fixação de um desses elementos permite 'resolver a equação' em relação ao outro; sem tal fixação, porém, a equação permanece 'indeterminada'. O modelo de que se serve aqui Davidson provém da teoria da ação. Se queremos explicar porque um indivíduo *S* levantou um braço, podemos atribuir-lhe o desejo de chamar a atenção. Mas a explicação completa na verdade requer também a atribuição a *S* de uma crença (na verdade, de todo um sistema de crenças), a saber, a crença de que levantar o braço chama a atenção. Ora, a atribuição de um outro desejo (p.ex., o desejo de colher uma maçã) acarretaria necessariamente a atribuição de um outro sistema de crenças, e vice-versa. A teoria da ação intervém no argumento não só como fonte de modelos, mas também de forma substancial, já que *interpretar* é uma forma de *agir*. Além disso, intervém no argumento conceitos básicos de uma semântica baseada no conceito de verdade e também outros elementos de uma teoria da linguagem, que não podemos discutir aqui.

O que emerge em uma argumentação como essa é portanto uma rede de inter-relações entre vários conceitos, cada um dos quais é *simultaneamente* tornado mais preciso pelo fato de ter sido levantada e parcialmente solucionada a questão de sua dependência conceptual *vis-à-vis* os demais. Uma tal rede de inter-relações constitui uma *teoria* envolvendo os conceitos examinados e os dados observacionais (incluído as intuições originais) aos quais se aplicam. E uma teoria tem que fazer frente a testes não tanto 'locais' quanto 'globais', pois só no nível global é possível aplicar-lhe critérios metodológicos como consistência, coerência, simplicidade, fecundidade, poder explanatório, etc. Se, em particular, a teoria de um certo conjunto de fenômenos ('pensamento', p.ex.) permite estabelecer conexões significativas com a teoria de um outro conjunto de fenômenos ('linguagem', p.ex.), isto conta a seu favor nos testes mencionados.

Sem dúvida, a arbitrariedade não fica assim totalmente

eliminada. Os critérios mencionados (e outros) são em geral insuficientes para determinar inequivocamente a escolha de uma teoria frente a suas competidoras. Mas uma arbitrariedade desse tipo, mais conhecida como *indeterminação* (de uma teoria com relação aos dados), é inevitável mesmo nas ciências mais desenvolvidas. O importante é perceber que o estabelecimento de uma rede de inter-relações conceituais tão elaborada e compreensiva quanto possível permite *reduzir* a arbitrariedade (não *eliminá-la* totalmente), de duas maneiras: a) em vez de termos que fazer decisões separadas para cada conceito, nossas decisões para alguns poucos conceitos centrais influem decisivamente (não digo 'determinam') quanto às decisões, ou melhor, soluções, relativas a muitos outros; b) o conhecimento das influências mútuas existentes serve de guia para as decisões mesmo em se tratando dos conceitos centrais ('independentes', se adotássemos um modelo mais rígido).

16. A argumentação de Sellars ilustra outros tipos de restrições que, quando impostas ao processo de precisificação de um conjunto de conceitos, permitem reduzir sua arbitrariedade. Sellars auto-impõe-se um princípio básico de construção teórica: a introdução de novos predicados teóricos deve sempre ser feita *por analogia* com predicados 'anteriormente' disponíveis. Suponhamos que nosso problema é o de introduzir (isto é, especificar, dar conteúdo preciso a) os predicados teóricos que caracterizam o 'pensamento'; temos em mente, em particular, os predicados  $P_8$  (representatividade ou função simbólica) e  $P_{13}$  (auto-consciência). Suponhamos também que os predicados 'anteriormente dados', dos quais nos podemos servir na tarefa acima, são os que caracterizam o conceito de linguagem. Em particular, queremos introduzir a noção de representação mental como análoga à noção de representação lingüística. Isto é, queremos utilizar as expressões 'discurso mental' e 'discurso interior' não como meras metáforas, mas como expressando uma analogia *explicativa*, com a direção discurso  $\rightarrow$  mental.

Obviamente, uma condição prévia para o sucesso desse empreendimento é a possibilidade de caracterizar 'linguagem' independentemente de 'pensamento', isto é, a possibilidade de descrever uma comunidade Tagarela. Esta condição já exclui qualquer definição de 'linguagem' que faça referência a 'idéias', por exemplo. Mas exclui também qualquer definição de 'linguagem' em termos de comunicação, já que tal conceito requer, como vimos, o de intenção. Mais ainda, nossa tentativa parece entrar em conflito também com a idéia geralmente aceita hoje em dia (depois de Wittgenstein e Chomsky) de que falar e compreender uma linguagem é essencialmente atuar segundo um sistema de regras bem definidas. Pois, a habilidade de seguir uma regra requer a capacidade de reconhecer as circunstâncias presentes como sendo *do tipo* apropriado para a aplicação da regra. Mas essa capacidade de reconhecimento ou de tipificação é um caso particular da capacidade de *conceptualização*, que é uma das propriedades fundamentais do 'pensamento' que desejamos explicar. Novamente, portanto, a circularidade ameaça o empreendimento.

Entretanto, em vez de simplesmente aceitar o dilema e procurar dele escapar abandonando ou o projeto ou a idéia de que a linguagem é um sistema de regras, Sellars procura refinar esta última idéia por meio de distinções que uma observação superficial é incapaz de fazer aparecer. A distinção que propõe como fundamental é entre regras-de-ação, do tipo "deve-se fazer..." (ought-to-do), e regras-de-crítica, do tipo "deve-ser..." (ought-to-be). Somente as primeiras requerem dos sujeitos aos quais se aplicam a capacidade conceptual de reconhecer tipos de circunstâncias. As segundas não requerem tal capacidade. Por exemplo, a regra "O relógio deve soar onze badaladas às onze horas" não requer que se atribua ao relógio a capacidade de *saber* quando são onze horas.<sup>21</sup> Segundo Sellars, entre as regras da lingua-

<sup>21</sup> Uma elucidação cuidadosa da distinção entre os dois tipos de 'ought' pode ser encontrada em Sellars (1967, parágrafos 40-44, pp. 111-113), Sellars (1974a, seções I-IV, pp. 93-101), e Sellars (1974b).

gem há pelo menos algumas deste segundo tipo. Sua existência permite caracterizar o tipo de linguagem que Sellars chama ‘pensar-em-voz-alta’ como um tipo de ‘linguagem’ que não pressupõe, nos sujeitos que a usam, a capacidade de conceptualização e que pode, portanto, servir — *em princípio* — de base para uma analogia explicativa do conceito de ‘pensamento’.

Para poder passar do ‘em princípio’ ao ‘de fato’, porém, é preciso que tal conceito restrito ou empobrecido de linguagem seja “suficientemente rico” (Sellars, 1967, p. 107) para que o conceito de pensamento, em toda sua riqueza (incluindo, em particular, os predicados  $P_8$  e  $P_{13}$ ), possa ser ‘gerado’ a partir dele. Esta exigência tem duas consequências fundamentais.

Por um lado, ela informa ou orienta a série de distinções e especificações que levam à caracterização do tipo de linguagem possuída pelos Tagarelas. Ou seja, a inserção da expedição Camestres-1 no quadro de um ‘projeto de pesquisa’ mais amplo tem o efeito imediato de restringir a arbitrariedade das decisões tomadas no curso da expedição.

17. Por outro lado, fica evidente que para os fins desse projeto mais amplo aquela primeira expedição não é suficiente. Pois não se trata agora apenas de demonstrar a dependência ou independência conceptual entre linguagem e pensamento, mas também de estabelecer a *explicabilidade* de um em termos do outro. Para isto, os resultados ‘sincrônicos’ ou estáticos obtidos na expedição descrita são claramente insuficientes. É preciso uma pesquisa ‘diacrônica’, uma comparação de pelo menos dois estados sincrônicos distintos da mesma tribo. Ou seja, é preciso emprender uma nova expedição imaginária, a fim de determinar se os Tagarelas encontrados anteriormente conseguiram desenvolver-se, a partir de sua situação inicial, chegando a tornar-se uma tribo Normal, isto é, dotada da gama completa de pensamento e linguagem. Entretanto, como estamos explorando o espaço dos mundos possíveis, em que os critérios de iden-

tificação são, como se sabe, extremamente problemáticos (como saber se se trata realmente da *mesma* tribo?), nossa exigência terá que ser mais forte: teremos que exigir a descrição de uma seqüência de estados possíveis cujo elemento inicial é o estado T e cujo elemento final é o estado N, sendo que cada estado na seqüência é obtido do anterior por meio de alguma 'transformação' aceitável. O critério de aceitabilidade de uma 'transformação' desse tipo poderia ser, por exemplo, a exigência de que novas características fossem introduzidas (pela transformação) somente quando são análogas a características existentes no estado precedente, como sugere Sellars. Somente resultados de uma expedição desse tipo permitiriam afirmar a prioridade *explicativa* de um conceito sobre o outro.

18. É impossível especificar aqui os detalhes relativos aos métodos, possíveis resultados e inúmeros problemas deste novo tipo de expedição, assim como de suas relações precisas com a expedição anterior. Parece-me, porém, que seria extremamente frutífero encarar muitos dos aspectos das infindáveis discussões a respeito das relações pensamento-linguagem como sendo tentativas de *reconstrução racional* nos moldes de nossas duas expedições, e, conseqüentemente, como sendo reformuláveis e confrontáveis nestes termos. Em particular, isto se aplica a grandes porções das investigações sobre a *aquisição* da linguagem, do pensamento e suas inter-relações;<sup>22</sup> à maior parte das especulações sobre a *origem* da linguagem e do pensamento;<sup>23</sup> e à famosa tese de Humboldt-Sapir Whorf.<sup>24</sup>

Parece-me que tal forma de encarar, reformular e reavaliar essas discussões e as posições nelas defendidas as transformaria de meras especulações (ou mesmo disputas ver-

<sup>22</sup> Harman (1970) procura formular esta questão precisamente nestes termos.

<sup>23</sup> Nesta categoria incluiria não apenas as especulações dos séculos XVI-XVIII, o *Crátilo* de Platão e outros 'clássicos' do gênero, mas também trabalhos mais 'empíricos' e mais recentes, como Leroi-Gourhan (1964, 1965).

<sup>24</sup> Sobre problemas suscitados por falta de sensibilidade para as implicações conceptuais da tese em questão, ver Dacal (1974).

bais) em especulações *teóricas*. Estaríamos assim transferindo-as — para usar a distinção proposta por Chomsky (1976, p. 281) — da lista de ‘mistérios’ para a lista de ‘problemas’ no campo da filosofia da linguagem e da filosofia do espírito. Talvez assim daríamos um pequeno passo no sentido de dar respostas não tão dogmáticas à questão formulada por Searle (1976): “Afinal, é a filosofia da linguagem uma subdivisão da filosofia do espírito (mind) ou é a filosofia do espírito que é uma subdivisão da filosofia da linguagem?”

#### BIBLIOGRAFIA

- Achinstein, P. (1968), *Concepts of Science*. Baltimore: The John Hopkins University Press.
- Alston, W. P. (1969), “Aune on Thoughts and Language”. *Noûs* 3, pp. 169-183.
- Aune, B. (1957), *Knowledge Mind and Nature*. New York: Random House.
- Besnier, P. (1975), *A Philosophical Essay for the Reunion of Languages* (reprint). Menston: The Scholar Press.
- Chauchard, P. (1957), *A Linguagem e o Pensamento*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Cordemoy, G. de (1677), *Discours Physique de la Parole* (reprint). Stuttgart-Bad Cannstatt: Friedrich Frommann Verlag.
- Dascal, M. (1971), “On the Role of Metaphysics in Descartes’ Thought”, *Man and World* 4, p. 460-469.
- Dascal, M. (1974), Review of *Linguistic Relativity versus Innate Ideas — The Origins of the Sapir-Whorf Hypothesis in German Thought* by Julia M. Penn, *Philosophia* 4, pp. 393-400.
- Dascal, M. (1975a), “La razón y los misterios de la fe según Leibniz”, *Revista Latinoamericana de Filosofía* I, (1975a), pp. 193-226.
- Dascal, M. (1975b), “Quelques fonctions des signes et du langage d’après Leibniz et ses contemporains”, *Akten des II. Internationalen Leibniz-Kongress*. Wiesbaden: F. Steiner Verlag, pp. 239-255.
- Dascal, M. (1976), “Language and Money — A Smile and its Use in the 17th Century”, *Studia Leibnitiana* VIII (1976), pp. 188-218.
- Davidson, D. (1973), “Radical Interpretation”, *Dialectica* 27, pp. 313-328.
- Davidson, D. (1973), “Thought and Talk” in: S. Guttenplan (ed.), *Mind and Language*, Oxford University Press, pp. 7-23.
- Fodor, J. A. (1975), *The Language of Thought*. New York: Thomas Y. Crowell.
- Harman, G. (1970), “Language Learning”, *Noûs* 4:33-43.
- Harman, G. (1970a), “Sellers’ Semantics”, *The Philosophical Review* 79: 404-419.
- Harman, G. (1973), *Thought*, Princeton University Press.
- Leroi-Gourhan, A. (1964, 1965), *Le Geste et la Parole*. 2 vols., Paris. Albin Michel.
- Putnam, H. (1973), “Reductionism and the Nature of Psychology”, *Cognition* 2: 131-146.
- Quine, W. V. (1974), “Methodological Reflections on Current Linguistic Theory”, in: D. Davidson and G. Harman (eds.), *Semantics of Natural Language*, Dordrecht, Reidel, pp. 442-454.

- Rosenberg, J. F. (1974), *Linguistic Representation*. Dordrecht: Reidel.
- Searle, J. R. (1977), "Intentionality and the Use of Language", in: A. Margalit (ed.), *Meaning and Use* (Jerusalem Philosophical Encounters 2). Dordrecht: Reidel — Jerusalem: The Magnes Press, The Hebrew University (in press).
- Sellars, W. (1967), "Some Reflections on Thoughts and Things", *Noûs* 1: 97-121.
- Sellars, W. (1974a), "Language as Thought and as Communication", *Essays in Philosophy and its History*. Dordrecht: Reidel, pp. 93-117.
- Sellars, W. (1974b), "Reply to Marras", *ibid.*, pp. 118-127.
- Vygotsky, L. S. (1962), *Thought and Language* Cambridge, Mass.: M.I.T. Press.

## RESUMEN

En este trabajo propongo un marco de referencia, relativamente sencillo y tosco, como punto de partida para la comparación y evaluación de las posiciones, a menudo contrapuestas, tocantes a la relación entre lenguaje y pensamiento.

El marco consiste en una serie de expediciones imaginarias por el escenario de los mundos posibles, en búsqueda de “parlantes” (gente que tiene lenguaje, pero no pensamiento) y de “pensantes” (gente que tiene pensamiento pero no lenguaje). Los cuatro posibles resultados de una primera expedición de este tipo, representan las cuatro perspectivas posibles con respecto a la dependencia conceptual entre el lenguaje y el pensamiento. Todas las perspectivas están ilustradas abundantemente en la literatura del presente y del pasado.

Se muestra que, prestando atención a los *argumentos* aducidos por los defensores de estas perspectivas, es posible llegar a comprender mejor los grados de centralidad y la estructura lógica de las diferentes características usadas generalmente para “definir” los conceptos de lenguaje y pensamiento.

Algunas expediciones imaginarias ulteriores, más complejas, llevan a refinar el marco original, permitiendo, entonces, la discusión de otras cuestiones relativas a la relación entre lenguaje y pensamiento, v.gr., la cuestión de la “dirección de explicación” que se da entre ellos.

En el transcurso del artículo, se analizan las posiciones de Locke, Cordemoy, Sellors, Davidson, Searle, Vygotsky y otros.

[M. D.]